

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO SÃO PAULO
121º EXAME DE ORDEM - 1ª fase

PROVA - Versão 1

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Diz-se que a lei, em sentido material, vale para todas as ações a que se refere, para todos os sujeitos a que se destina e vale para sempre (enquanto não revogada). Tais características são denominadas, respectivamente,

- (A) generalidade, impessoalidade e abstratividade.
- (B) impessoalidade, especificidade e revogabilidade.
- (C) generalidade, discricionariedade e estabilidade.
- (D) abstratividade, impessoalidade e irrevogabilidade.

02. É suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária

- (A) a grande propriedade rural produtiva.
- (B) terra pública federal.
- (C) terra pública federal incluída no Plano Nacional de Reforma Agrária.
- (D) a pequena propriedade rural, desde que seu proprietário possua outras.

03. O art. 62, § 1.º da CF não indica os direitos e garantias individuais como matéria vedada à edição de medida provisória. Em face disso, pode Medida Provisória abolir direitos e garantias individuais?

- (A) Sim, porque a proibição da CF é apenas para deliberação em Emenda Constitucional.
- (B) Não. A CF proíbe inclusive deliberação de proposta de Emenda Constitucional sobre tal matéria.
- (C) Não, porque Medida Provisória tem validade por apenas 60 dias.
- (D) Sim, desde que caracterizadas a relevância e a urgência.

04. As normas de eficácia plena e contida têm em comum

- (A) a possibilidade de serem aplicadas, independente de leis regulamentadoras, tal qual o art. 37, VII, da Constituição Federal, que assegura aos servidores públicos o seguinte: "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica".
- (B) a impossibilidade de serem aplicadas, pois dependem de leis regulamentadoras, tal qual o art. 5.º, XXVI, da Constituição Federal, que dispõe: "a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento".
- (C) a possibilidade de serem parcialmente aplicadas, na medida em que as leis regulamentadoras permitirem, tal qual o art. 7.º, XI, da Constituição Federal, que assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o seguinte: "participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei".
- (D) a possibilidade de serem aplicadas, independente de leis regulamentadoras, tal qual o art. 5.º, inciso XIII, da Constituição Federal, que dispõe: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

05. O poder de auto-organização dos Municípios é primordialmente exposto

- (A) pelo poder de instituir os seus próprios tributos.
- (B) pela eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores.
- (C) na elaboração da sua lei orgânica.
- (D) pela sua soberania federativa.

06. Na federação brasileira, não integra a autonomia do Município, a competência para

- (A) fixar a remuneração dos Vereadores.
- (B) criar autarquias pertencentes à Administração Indireta.
- (C) produzir Leis Complementares.
- (D) criar Tribunal de Contas.

07. A Medida Provisória que amplia prazo para o réu deduzir contestação no processo civil deve ser considerada

- (A) constitucional, porque favorece o princípio do *in dubio pro reo*.
- (B) constitucional, porque o Código de Processo Civil pode ser alterado por qualquer espécie normativa.
- (C) inconstitucional, porque Medida Provisória não pode dispor sobre direito processual civil.
- (D) inconstitucional, porque, sendo o Código de Processo Civil lei ordinária, somente poderá ser alterado por lei ordinária.

08. O dispositivo da Lei Orgânica do Município, que confere à Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Câmara Municipal, a possibilidade de decretação de prisão de pessoas investigadas em seu território, poderá ser objeto de

- (A) Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ser processada perante o Supremo Tribunal Federal, porque a decretação de prisão é competência exclusiva dos membros do Poder Judiciário.
- (B) Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ser processada perante o Tribunal de Justiça, se o dispositivo estiver em desconformidade com a Constituição do respectivo Estado.
- (C) Ação Declaratória de Constitucionalidade, a ser processada perante o Supremo Tribunal Federal, porque a CPI possui os mesmos poderes da autoridade judicial, para fins de investigação.
- (D) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ser processada perante o Tribunal de Justiça, porque a decretação de prisão é competência exclusiva dos membros do Poder Judiciário.

09. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo estadual proposta

- (A) por Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) por entidade de classe de âmbito nacional.
- (C) por partido político com representação na Assembléia Legislativa.
- (D) pelo Ministério Público de qualquer dos Estados.

10. Considera-se eleito o Presidente da República, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto

- (A) obtida maioria simples de votos, incluídos os votos em branco e os nulos.
- (B) alcançada maioria absoluta de votos, considerados os votos em branco.
- (C) presente maioria absoluta de votos, não-computados os votos em branco e nulos.
- (D) alcançada maioria simples de votos, excluídos os votos nulos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Quando autoridade administrativa, em juízo de conveniência, dispõe diversamente sobre matéria objeto de ato administrativo anterior, diz-se que

- (A) o ato novo é ato administrativo revocatório.
- (B) só será possível se o ato extinto for inválido.
- (C) só é possível se a autoridade de que emanou o novo ato for hierarquicamente superior à emitente do ato anterior.
- (D) os efeitos produzidos pelo ato eficaz anterior serão desconstituídos.

12. Em licitação, em que todos os licitantes têm suas propostas técnicas desclassificadas, o ente licitador

- (A) pode revogar a licitação, considerando-a deserta.
- (B) pode fixar prazo para que os proponentes reapresentem suas propostas escoimadas dos motivos que ensejaram a desclassificação.
- (C) não pode anular a licitação, ainda que os vícios das propostas sejam decorrentes de erros insertos no edital.
- (D) não pode permitir o conserto das propostas, sob pena de ferir o princípio do sigilo delas.

13. Integra a Administração Indireta Federal, como autarquia, e tem competência para analisar e julgar, sob o prisma da concentração econômica, processos de fusão entre empresas de telecomunicações:

- (A) SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO (SEAE).
- (B) ANATEL.
- (C) SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO (SDE).
- (D) CADE.

14. Prescinde de processo seletivo simplificado ou de concurso público, embora se trate de contratação de servidor público:

- (A) a contratação de servidor pelo regime trabalhista.
- (B) o contrato de locação de serviços realizado com dispensa de licitação.
- (C) a contratação de pessoal por tempo determinado para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública.
- (D) a contratação de servidor autárquico.

15. A Ação Popular diferencia-se da Ação Civil Pública

- (A) porque só a Ação Civil Pública tem caráter condenatório do responsável pelo dano.
- (B) pela legitimação da parte ativa.
- (C) porque só a Ação Civil Pública tutela interesses difusos.
- (D) porque só a Ação Popular pode ser proposta para anular ato lesivo ao patrimônio público.

16. Nos contratos de concessão de serviço de telefonia fixa, verificando-se que o reajuste anual previsto no contrato implicaria aumento muito acima da inflação e, portanto, por demais oneroso ao usuário-consumidor, o Poder Concedente poderia, em comum acordo com a concessionária, efetuar revisão contratual, diminuindo o reajuste e, na mesma proporção, diminuir obrigações da concessionária. Este proceder

- (A) encontra abrigo na lei de concessão, visto que seria mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (B) fere a lei de licitação, visto que o valor da tarifa (e dos reajustes) foi estabelecido na proposta da licitante vencedora do processo de privatização do sistema Telebrás.
- (C) tem amparo legal, pois que o Poder Público pode alterar unilateralmente qualquer cláusula de contrato administrativo.
- (D) só terá amparo legal se se tratar de cláusula exorbitante, derogatória do direito comum.

17. Serão necessariamente precedidos de licitação, quando contratados com terceiros, as obras, serviços, compras e alienações, no âmbito da administração pública, salvo as hipóteses de

- (A) concurso.
- (B) leilão.
- (C) dispensabilidade de convite.
- (D) dispensabilidade, de inexigibilidade e de vedação.

18. Não é característica do contrato administrativo:

- (A) presença de cláusulas exorbitantes.
- (B) liberdade de forma.
- (C) mutabilidade.
- (D) finalidade pública.

19. No tocante à "permissão", é incorreto afirmar que

- (A) depende de licitação.
- (B) seu objeto é a execução de serviço público, permanecendo sua titularidade do serviço com o Poder Público.
- (C) o serviço é executado pelo permissionário, por conta e risco da Administração.
- (D) o ato de outorga pode ser revogado ou alterado pela Administração.

20. O poder regulamentar de que dispõem os Chefes de Executivos, no que tange às leis, é

- (A) exercitável, mesmo relativamente àquelas cujo veto de que foram objeto tenha sido rejeitado.
- (B) delegável.
- (C) de exercício indispensável, para que sejam exeqüíveis.
- (D) instrumental hábil à correção de eventuais equívocos, no âmbito do conteúdo.

DIREITO CIVIL

21. Se forem nomeados herdeiros "A" com 1/6 da herança, "B" com 2/6 e "C" com 3/6, sendo substitutos entre si. Se "A" não aceitar a herança, sua quota será dividida

- (A) entre "B" e "C", recebendo cada um metade de 1/6 de "A".
- (B) entre "B" e "C", recebendo "B" uma parcela de 1/6 e "C", duas parcelas daquele 1/6.
- (C) em partes iguais aos seus substitutos A e B.
- (D) entre "B" e "C" na mesma proporção fixada pelo testador, logo "B" receberá duas partes de 1/6 de "A" e "C", três partes de 1/6 de "A".

22. Assinale a opção correta.

- (A) O legatário pode entrar na posse da coisa legada por autoridade própria, visto que a posse direta do bem legado se lhe transmite *ope legis* no instante da morte do testador.
- (B) Se ao tempo da abertura da sucessão, já houver nascido o fideicomissário, adquirirá este a nua-propriedade dos bens fideicomitidos, convertendo-se em usufruto o direito do fiduciário pelo tempo previsto no testamento.
- (C) O testamenteiro pode adquirir bens da herança.
- (D) O testamento de emergência ou o testamento particular excepcional, escrito de próprio punho e assinado pelo testador em risco de vida, sem qualquer testemunha, não poderá ser confirmado a critério do juiz.

23. Companheiro, na concorrência com colateral de 3.º grau do falecido, na sua sucessão quanto aos bens onerosamente adquiridos na vigência da união estável, fará jus a:

- (A) 1/2 do que couber ao colateral.
- (B) 1/3 daquela herança.
- (C) 1/4 daquela herança.
- (D) quota equivalente ao que, legalmente, couber ao colateral.

24. Se o *quantum* da pensão alimentícia for fixado judicialmente, a pretensão para cobrar as prestações não pagas

- (A) prescreverá em cinco anos.
- (B) será imprescritível.
- (C) prescreverá em dois anos.
- (D) decairá em três anos.

25. Assinale a alternativa falsa.

- (A) No Brasil é inadmissível que pessoa, em pleno gozo de suas faculdades mentais, mas portadora de deficiência física, tenha seu patrimônio administrado por curador.
- (B) Como não há mais obrigatoriedade de hipoteca legal dos bens do tutor, a inscrita em conformidade com o inciso IV do art. 827 do Código Civil de 1916 poderá ser cancelada.
- (C) A tutela terminará em relação ao pupilo se ele atingir a maioridade, for emancipado, cair sob o poder familiar em caso de reconhecimento ou adoção, se alistar ou for sorteado para serviço militar ou falecer.
- (D) Aquele que tiver em seu poder mais de três filhos poderá, se o quiser, escusar-se à tutela testamentária, legítima ou dativa.

26. A ignorância de moléstia grave e transmissível por contágio ou hereditariedade, preexistente ao casamento, capaz de pôr em risco a saúde do outro consorte ou de sua descendência, é caso suscetível de

- (A) declaração de nulidade absoluta do casamento.
- (B) separação judicial litigiosa.
- (C) divórcio litigioso direto como sanção.
- (D) declaração de nulidade relativa do casamento.

27. A emissão de título de crédito que não representa qualquer negócio, feita pelo marido, em favor de amigo, antes da separação judicial, para prejudicar a mulher na partilha de bens, é passível de nulidade absoluta, por estar configurada a

- (A) simulação relativa objetiva.
- (B) simulação absoluta.
- (C) reserva mental.
- (D) simulação relativa subjetiva.

28. "A", "B" e "C" são devedores solidários de "D" pela quantia de R\$ 60.000,00. "D" renuncia à solidariedade em favor de "A". Com isso

- (A) "D" perde o direito de exigir de "A" prestação acima de sua parte no débito, isto é R\$ 20.000,00. "B" e "C" responderão solidariamente por R\$ 40.000,00, abatendo da dívida inicial de R\$ 60.000,00 a quota de "A". Assim os R\$ 20.000,00 restantes só poderão ser reclamados daquele que se beneficiou com a renúncia da solidariedade.
- (B) "D" pode cobrar de "A" uma prestação acima de R\$ 20.000,00; "B" e "C" responderão solidariamente pelos R\$ 60.000,00.
- (C) "D" perde o direito de exigir de "A" prestação acima de sua parte no débito e "B" e "C" continuarão respondendo solidariamente pelos R\$ 60.000,00.

(D) "A", "B" e "C" passarão a responder, ante a renúncia da solidariedade, apenas por sua parte no débito, ou seja, cada um deverá pagar a "D" R\$ 20.000,00.

29. O depósito de bagagem dos hóspedes nas hospedarias onde estiverem é modalidade de depósito

- (A) irregular.
- (B) convencional.
- (C) necessário.
- (D) voluntário.

30. A consignação extrajudicial é

- (A) meio indireto de o devedor exonerar-se do liame obrigacional, consistente no depósito judicial da coisa devida, nos casos e formas legais.
- (B) aquela em que o devedor, ou terceiro interessado na extinção do débito pecuniário, deposita o pagamento do *quantum* devido em estabelecimento bancário oficial, onde houver, e não havendo em banco privado, situado no local do pagamento, em conta com atualização monetária, cientificado o credor por carta com aviso de recepção, dando prazo de 10 dias para manifestação de recusa.
- (C) meio indireto de o devedor exonerar-se da obrigação consistente no depósito em juízo ou em estabelecimento bancário da quantia devida.
- (D) a substituição, nos direitos creditórios, daquele que solveu obrigação alheia.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. A coisa julgada pode se estender à motivação da sentença no caso de

- (A) acolhimento das alegações de prescrição ou decadência.
- (B) ações que versem sobre direitos não patrimoniais.
- (C) propositura de ação declaratória incidental.
- (D) revelia.

32. As regras aplicáveis às ações possessórias impedem que

- (A) haja cumulação do pedido possessório com perdas e danos.
- (B) o pedido seja apreciado, se uma ação possessória for proposta, ao invés de outra.
- (C) o juiz conceda liminar se o esbulho ou turbação tiverem mais de ano e dia.
- (D) seja realizada audiência de justificação anteriormente à concessão de liminar.

33. Assinale a alternativa indicativa da ordem da produção das provas em audiência.

- (A) Tentativa de conciliação, depoimento do autor, depoimento do réu, esclarecimentos periciais.
- (B) Esclarecimentos periciais, depoimento do autor, depoimento do réu, oitiva de testemunhas.
- (C) Tentativa de conciliação, esclarecimentos periciais, depoimento do autor, depoimento do réu.
- (D) Depoimento do autor, depoimento do réu, oitiva de testemunhas, esclarecimentos periciais.

34. Quanto à concessão de alimentos provisórios à companheira comprovada de homem solteiro, pode-se afirmar que é

- (A) incabível pela ausência de parentesco com o companheiro.
- (B) cabível como ação cautelar pela união estável.
- (C) incabível, por comportar pedido de tutela antecipada em ação de reconhecimento de união estável.
- (D) cabível, diante de inequívoca e prévia prova documental da união na ação de alimentos.

35. O prazo recursal para réu revel regularmente citado ocorrerá

- (A) da intimação de todos os integrantes da relação processual.
- (B) do primeiro dia útil do edital de intimação.
- (C) independente de intimação.
- (D) da intimação pessoal do curador à lide.

36. Qual o efeito processual, quando o agravante não comunica a interposição do recurso perante o juiz prolator da decisão agravada?

- (A) O tribunal faz a comunicação, de ofício, ao agravado e ao juiz.
- (B) O tribunal faz a comunicação de ofício apenas ao juiz.
- (C) O agravado deverá alegar o não conhecimento do re-curso nas contra-razões.
- (D) O agravado poderá alegar nulidade do recurso, quando do julgamento do agravo, sob pena de preclusão.

37. Para concessão de tutela antecipada no processo cognitivo impõe-se a observância dos requisitos de

- (A) existência de prova inequívoca, verossimilhança da alegação, fundado receio de dano irreparável, reversibilidade do provimento, requerimento da parte.
- (B) existência de prova inequívoca, verossimilhança da alegação, abuso do direito de defesa, reversibilidade do provimento.
- (C) existência de prova inequívoca, verossimilhança da alegação, fundado receio de dano de difícil reparação, reversibilidade do provimento e atuação *ex officio* do juiz.
- (D) existência de prova inequívoca, verossimilhança da alegação, fundado receio de dano de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu, irreversibilidade do provimento.

38. A quem, não sendo parte na relação jurídica, outorga a norma processual o direito de recorrer?

- (A) Ao revel.
- (B) Ao assistente litisconsorcial.
- (C) Ao recorrente adesivo.
- (D) Ao terceiro, cujo interesse jurídico foi contrariado na sentença.

39. No curso de inventário, um dos herdeiros, em notória insolvência, transfere a terceiros todos os seus direitos hereditários. O juiz, de ofício, declara a ineficácia dessa cessão de direitos, sob o fundamento de existência de fraude contra os credores. A iniciativa do juiz está

- (A) correta, por atender aos fins sociais da lei, resguardando os direitos dos credores.
- (B) incorreta, por depender de iniciativa do credor e anuência do inventariante, como representante do espólio.
- (C) correta, porque a fraude, pela cessão, não constitui questão de alta indagação, podendo ser reconhecida, de plano, pelo juiz.
- (D) incorreta, por depender de iniciativa do credor mediante o exercício de ação pauliana.

40. Extinta locação residencial, contratada verbalmente, o locador ajuíza a ação competente e o juiz decreta o despejo do locatário, repelindo a defesa. O réu realizara benfeitorias úteis e voluptárias no prédio locado, deixando, contudo, ao contestar a ação, de pedir retenção do imóvel e indenização por essas obras. O réu pretende apelar pleiteando indenização pelas benfeitorias. Em razões recursais deverá

- (A) renovar unicamente a matéria de defesa por efeito da preclusão.
- (B) intentar ação declaratória incidental nos termos dos arts. 5.º e 325 do CPC.
- (C) em preliminar, arguir força maior, como justificativa da não inclusão da matéria na instância inferior.
- (D) suscitar a matéria como questão de mérito e provar que deixou de fazê-lo por motivo de força

maior.

DIREITO COMERCIAL

41. Sociedade entre cônjuges é permitida desde que estejam casados sob o regime de

- (A) comunhão parcial ou comunhão universal de bens.
- (B) comunhão universal de bens, participação final nos aqüestos ou separação convencional.
- (C) separação convencional de bens, comunhão parcial ou de participação final nos aqüestos.
- (D) separação de bens obrigatória, separação convencional de bens ou comunhão universal de bens.

42. Representação comercial é contrato em que

- (A) o fabricante, oferecendo vantagem especial, compromete-se a vender, continuamente, seus produtos ao distribuidor, para revenda em zona determinada.
- (B) pessoa adquire ou vende bens, em seu próprio nome e responsabilidade, mas por ordem e por conta de outrem, em troca de certa remuneração, obrigando-se para com terceiros com quem contrata.
- (C) se tem uma representação indireta, por haver promessa de venda e revenda.
- (D) pessoa se obriga, mediante retribuição, a realizar certos negócios, em zona determinada, com caráter de habitualidade, em favor e por conta de outrem, sem subordinação hierárquica.

43. O estabelecimento

- (A) não pode ser objeto unitário de direito e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos.
- (B) uma vez arrendado, tal ato negocial, *ipso iure*, produzirá efeitos em relação a terceiros.
- (C) é elemento essencial à empresa, pois impossível é qualquer atividade empresarial sem que antes se o organize.
- (D) com o trespasse, não gera, para o adquirente, a responsabilidade pelo pagamento de dívidas pendentes, desde que regularmente contabilizadas.

44. É sociedade não personificada a:

- (A) cooperativa.
- (B) sociedade em nome coletivo.
- (C) sociedade em conta de participação.
- (D) sociedade em comandita por ações.

45. Se empresa proprietária de certo bem vier a vendê-lo ou aliená-lo em dação em pagamento a outra que, ao adquiri-lo, imediatamente o arrenda à alienante, ter-se-á

- (A) *leasing* de retorno.
- (B) *renting*.
- (C) *leasing* operacional.
- (D) *leasing* financeiro.

46. A dissolução parcial da sociedade dar-se-á

- (A) se houver substituição do sócio falecido, em razão de acordo entre seus herdeiros e demais sócios.
- (B) se os sócios remanescentes providenciarem a liquidação da quota do sócio falecido, após balanço especial para apuração dos seus haveres, cujo valor será entregue aos seus sucessores.
- (C) se houver cláusula no pacto social deliberando que os sucessores do sócio morto ingressarão na sociedade, fazendo jus à quota societária do de cujus, que lhes será adjudicada.
- (D) se houver entrega de quota societária ao consorte-meeiro e aos sucessores do sócio falecido.

47. O portador do cheque pode promover-lhe execução contra os endossantes e seus avalistas se ele

- (A) não for apresentado em tempo hábil, e sem comprovação da recusa do seu pagamento.
- (B) for apresentado em tempo hábil e a recusa de pagamento for comprovada pela declaração do sacado, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de apresentação.
- (C) for apresentado em tempo hábil e a recusa de pagamento for comprovada por declaração do emitente, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de pagamento.
- (D) for apresentado em qualquer tempo e a recusa do pagamento for comprovada pelo protesto contra o cessionário.

48. No fornecimento de produtos ou serviços que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor,

- (A) é assegurada ao consumidor apenas a liquidação total do débito, sem redução dos juros.
- (B) não é assegurada ao consumidor a liquidação antecipada do débito total.
- (C) não é assegurada ao consumidor a redução proporcional dos juros e demais encargos.
- (D) é assegurada ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

49. A alienação fiduciária em garantia de coisa móvel transfere ao

- (A) credor o domínio resolúvel e a posse indireta de coisa móvel alienada, independente da tradição efetiva do bem móvel.
- (B) devedor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independente da tradição efetiva do bem móvel.
- (C) credor o domínio resolúvel e a posse direta da coisa móvel alienada, independente da tradição efetiva do bem móvel.
- (D) credor o domínio e a posse plena da coisa móvel alienada com a tradição efetiva do bem móvel.

50. Independente do seu objeto, considera-se empresária a

- (A) sociedade por ações.
- (B) sociedade por ações e a cooperativa.
- (C) cooperativa.
- (D) sociedade simples personificada.

DIREITO PENAL

51. "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas de reclusão e de detenção em que haja incorrido". Qual a espécie de concurso de crimes configura a hipótese?

- (A) Concurso formal.
- (B) Concurso material.
- (C) Crime continuado.
- (D) Crime permanente.

52. Dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, como se tipifica o crime de prevaricação?

- (A) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função

ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

(B) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

(C) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

(D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

53. Uma das modalidades de aborto legal é o chamado "aborto no caso de gravidez resultante de estupro". Assim, nesta hipótese, não se pune o aborto praticado por médico se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. Indique outra modalidade de aborto legal.

(A) Aborto necessário, em que não se pune o praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante.

(B) Aborto sentimental, em que não se pune o praticado pela própria mãe sob a influência do estado puerperal.

(C) Aborto consentido, em que não se pune o praticado por médico se há consentimento da mãe e se a criança é indesejada.

(D) Aborto humanitário, em que a própria mãe não é punida por praticá-lo, sob influência do estado puerperal, durante o parto ou logo após.

54. Condenado, em gozo de livramento condicional, vindo a ser condenado a pena privativa de liberdade por outro crime, por sentença transitada em julgado, terá o benefício

(A) obrigatoriamente revogado, sempre se descontando na pena o tempo em que permaneceu em liberdade.

(B) revogado, não se descontando na pena o tempo em que esteve solto se a condenação for por crime anterior ao benefício.

(C) não se descontando na pena o tempo em que esteve solto se a condenação for por crime posterior ao benefício.

(D) facultativamente revogado, não se descontando na pena o tempo em que permaneceu em liberdade.

55. De acordo com a doutrina penal, é crime instantâneo de efeitos permanentes

(A) a sedução.

(B) o seqüestro.

(C) a bigamia.

(D) a extorsão mediante seqüestro.

56. O erro sobre elementos constitutivos do tipo legal de crime

(A) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

(B) exclui a pena.

(C) exclui a culpa, mas permite a punição por crime doloso, se previsto em lei.

(D) não exclui o dolo, nem a culpa.

57. A ação penal de iniciativa privada subsidiária da ação penal pública é cabível se

(A) o crime for cometido mediante violência.

(B) o crime for cometido por mais de uma pessoa.

(C) a vítima for membro do Ministério Público.

(D) o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal.

58. Detração significa

- (A) a análise da conduta do criminoso para saber se agiu com dolo ou culpa.
- (B) o cômputo, na pena privativa de liberdade, do tempo de prisão provisória cumprida pelo réu.
- (C) punição para o condenado que tenta se evadir do presídio.
- (D) o cumprimento de pena em um regime mais severo, em virtude de condenação posterior ao início do cumprimento da pena.

59. No concurso de crimes,

- (A) as penas de multa são desprezadas.
- (B) as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.
- (C) somente a pena de multa mais grave é aplicada.
- (D) somente a pena de multa menos grave é aplicada.

60. Diante de condenação à pena de 1 ano de reclusão e 10 dias-multa por infração ao artigo 168, *caput*, do Código Penal, pode-se afirmar que a

- (A) pena de multa imposta ao réu é imprescritível.
- (B) pena de multa imposta ao réu prescreve em 2 anos.
- (C) pena de multa imposta ao réu prescreve no mesmo prazo relativo ao da pena privativa de liberdade.
- (D) prescrição da pena de multa imposta ao réu começará a correr depois de cumprida a pena privativa de liberdade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

61. Proferida sentença criminal condenatória em audiência numa sexta-feira, o *dies ad quem* para a interposição do recurso terminará na

- (A) segunda-feira seguinte.
- (B) quarta-feira seguinte.
- (C) sexta-feira seguinte.
- (D) quinta-feira seguinte.

62. Caso o indiciado adquira bens imóveis com os proventos da infração, estarão estes sujeitos a processo de

- (A) busca e apreensão.
- (B) seqüestro.
- (C) arresto.
- (D) especialização de hipoteca legal.

63. Havendo fundadas dúvidas à versão oferecida pelo acusado por ocasião de seu interrogatório judicial, o juiz poderá reinterrogá-lo

- (A) a todo tempo.
- (B) antes de oferecida a defesa prévia.
- (C) antes do oferecimento das alegações finais, pelas partes.
- (D) até o término da instrução criminal.

64. Pelo princípio da instrumentalidade das formas,

- (A) um recurso poderá ser recebido por outro, salvo hipótese de má-fé.
- (B) não se declarará nulo o ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- (C) o Ministério Público não poderá desistir de ação por ele interposta.
- (D) o juiz está obrigado a decidir em conformidade com a prova dos autos.

65. O *habeas corpus*

- (A) destina-se a sanar qualquer coação ilegal, mesmo que para sua demonstração se torne indispensável a dilação probatória.
- (B) poderá ser impetrado de ofício pelo juiz sempre que o ato por ele praticado configurar coação ilegal.
- (C) poderá ser impetrado por qualquer pessoa - inclusive pelo Ministério Público em favor do réu - mesmo sem procuração.
- (D) não presta para se argüir nulidade processual, pois para esta finalidade o Código de Processo Penal destinou as alegações finais e as razões recursais.

66. No processo penal, os embargos infringentes e de nulidade

- (A) têm efeito devolutivo limitado à divergência do voto vencido.
- (B) podem ser opostos contra qualquer acórdão, inclusive os proferidos em sede de *habeas corpus*.
- (C) podem ser opostos tanto pela acusação quanto pela defesa, bastando, apenas, que o recorrente tenha sido vencido por maioria de votos na apelação ou no recurso em sentido estrito.
- (D) buscam a declaração ou correção do ponto omissis, obscuro, ambíguo ou contraditório.

67. Estando o acusado no estrangeiro, será ele citado por

- (A) edital, ainda que esteja em lugar sabido.
- (B) carta rogatória, se estiver em lugar sabido.
- (C) carta de ordem, se estiver em lugar sabido.
- (D) carta precatória, se estiver em lugar sabido.

68. Incabível o recurso em sentido estrito contra decisão que

- (A) rejeitar a denúncia ou queixa.
- (B) pronunciar ou impronunciar o réu.
- (C) anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.
- (D) receber a denúncia ou queixa.

69. A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz

- (A) não poderá ser arrolada pelas partes.
- (B) será trazida à sede da jurisdição do juiz com as custas pagas pela parte que a arrolou.
- (C) dispõe da faculdade de escolher o local onde quer ser ouvida.
- (D) será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, mediante carta precatória.

70. Se a autoridade policial concluir que o fato apurado no inquérito não constitui crime, deverá

- (A) abrir inquérito policial contra a pessoa que deu início à investigação policial.
- (B) arquivar os autos e, posteriormente, no prazo de 24 horas, comunicar à autoridade judiciária.
- (C) encaminhar os autos à autoridade judiciária, que determinará o seu arquivamento, se assim o entender.
- (D) informar a Corregedoria de Polícia para que esta tome as providências cabíveis.

DIREITO DO TRABALHO

71. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ou SUAS AUTARQUIAS. A notificação para comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento deverá ser recebida pela Fazenda Pública ou suas autarquias até

- (A) 20 dias antes da audiência, sob pena de nulidade.

- (B) 15 dias antes da audiência, sob pena de nulidade.
- (C) 10 dias antes da audiência, sob pena de nulidade.
- (D) 5 dias antes da audiência, sob pena de nulidade.

72. Quando as partes, a causa de pedir e o pedido de uma reclamação são idênticos aos de outra reclamação que tramita perante Vara diversa, ocorre

- (A) coisa julgada.
- (B) litisconsórcio.
- (C) conexão.
- (D) litispendência.

73. No processo trabalhista, agravo retido tem cabimento

- (A) contra despacho de indeferimento de realização de prova pericial.
- (B) contra despacho de adiamento de audiência sem notificação a uma das partes.
- (C) contra despacho de indeferimento de processamento de agravo de instrumento.
- (D) em nenhuma das hipóteses acima.

74. Ocorrendo a extinção de filial de empresa onde o empregado, portador de garantia provisória de emprego, prestava serviços, o contrato de trabalho pode ser rescindido pelo empregador e sem justa causa

- (A) quando se tratar de garantia de emprego resultante de eleição para exercício de mandato sindical.
- (B) quando o trabalhador for diretor de cooperativa de crédito dos empregados daquela mesma empresa.
- (C) quando o trabalhador for membro da comissão interna de prevenção de acidentes.
- (D) em todas as hipóteses.

75. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO - FASE DE EXECUÇÃO. Expedido mandado de citação, o oficial de justiça certificou que não encontrou o devedor para citá-lo para pagar o débito. Neste caso, o credor deverá requerer

- (A) o desentranhamento do mandado para que o oficial de justiça diligencie até encontrar o devedor, tantas quantas forem as vezes necessárias, já que na fase de execução somente a citação pessoal é válida.
- (B) a citação do devedor por edital, caso o oficial de justiça não consiga citá-lo pessoalmente após duas tentativas.
- (C) citação do devedor com hora certa, já que no processo sumaríssimo não é possível a citação por edital.
- (D) a citação por hora certa e, somente se esta não for possível, será cabível a citação por edital.

76. Indique a assertiva correta.

- (A) O dirigente sindical no exercício de seu mandato é afastado do trabalho, sem prejuízo do salário e demais vantagens do cargo.
- (B) O dirigente sindical é obrigado acumular as atividades afetas ao seu mandato com as funções do cargo na empresa.
- (C) O dirigente sindical será considerado de licença não remunerada durante o tempo em que se ausentar do trabalho no desempenho do mandato sindical.
- (D) O dirigente sindical somente exercerá sua atividade sindical desde que autorizado, expressamente, pela empresa.

77. As anotações feitas pelo empregador na carteira de trabalho do empregado

- (A) geram presunção *juris tantum* em favor do empregado.
- (B) geram presunção *juris et de jure* contra o empregador.

- (C) não geram presunção alguma contra o empregador, por serem mera formalidade exigida por lei.
- (D) devem ocorrer no prazo improrrogável de cinco dias.

78. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE. RECLAMADA REVEL E CONFESSA QUANTO A MATÉRIA DE FATO. Em face desta situação, o juiz deve

- (A) julgar procedente a ação de imediato, condenando a reclamada no pagamento de ambos os adicionais postulados, independentemente de perícia.
- (B) julgar procedente a ação de imediato, condenando a reclamada no pagamento adicional de periculosidade que é mais benéfico ao reclamante.
- (C) indagar o reclamante a respeito do adicional que prefere, proferindo sentença de imediato.
- (D) determinar a realização de perícia independentemente da pena de confissão aplicada à reclamada, e somente depois de concluída a prova proferir a sentença.

79. A remuneração do trabalho noturno é superior em 20% à do diurno em decorrência

- (A) de Convenção Coletiva de Trabalho.
- (B) de Sentença Normativa.
- (C) da lei.
- (D) do plano de cargos e salários da empresa.

80. O intervalo de 1 hora para descanso e refeição é obrigatório na jornada de trabalho de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas e 30 minutos.
- (C) apenas no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.
- (D) em nenhuma das hipóteses acima.

DIREITO TRIBUTÁRIO

81. Não é matéria reservada à lei complementar a

- (A) instituição de empréstimos compulsórios.
- (B) definição de fato gerador e base de cálculo de impostos discriminados na Constituição.
- (C) criação de impostos não previstos na Constituição.
- (D) instituição de contribuição de melhoria.

82. Não é hipótese de suspensão do crédito tributário

- (A) a moratória.
- (B) o depósito de seu montante integral.
- (C) o parcelamento.
- (D) a compensação.

83. Como regra geral, é correto afirmar que a responsabilidade tributária

- (A) admite gradação conforme a intenção do agente.
- (B) não pode ser elidida pela denúncia espontânea da infração.
- (C) pode ser estendida ao representante legal de pessoa jurídica, no caso de ato praticado com excesso de poderes.
- (D) não é matéria expressamente reservada à lei complementar.

84. É equiparado ao contribuinte do Imposto de Importação

- (A) aquele que recebe a mercadoria sob o regime especial de admissão temporária, ou seja, a que

deve retornar ao exterior sem qualquer modificação que altere a sua individualidade.
(B) o viajante que traz em sua bagagem bens desclassificados como tal.
(C) o industrial que transforma matéria-prima estrangeira em produto acabado.
(D) aquele que recebe mercadoria sob o regime especial de *drawback*, ou seja, a que retorna ao exterior após sofrer alteração que modifique a sua individualidade.

85. A lei tributária é aplicada a fato anterior à sua vigência quando

- (A) extingue tributo.
- (B) reduz a alíquota de tributo.
- (C) deixa de definir como infração ato não definitivamente julgado.
- (D) institui substituição tributária.

86. A solidariedade, com relação aos obrigados, tem, de regra, os efeitos abaixo, exceto

- (A) o benefício de ordem.
- (B) a prescrição interrompida por um favorece ou prejudica aos demais.
- (C) a remissão do crédito exonera todos, quando não outorgada pessoalmente a um deles.
- (D) o pagamento de um aproveita os demais.

87. Como exemplo de impostos sujeitos normalmente a lançamento de ofício e por homologação, respectivamente, pode-se citar

- (A) o imposto territorial urbano e o IPI.
- (B) o imposto de renda e o imposto territorial rural.
- (C) o ICMS e o imposto de renda.
- (D) o imposto de importação e o IOF.

88. Esgotado o prazo legal para lançamento de tributo sem que a Fazenda Pública o tenha efetuado, ocorre a situação de

- (A) exclusão.
- (B) suspensão.
- (C) decadência.
- (D) prescrição.

89. A restituição de tributo que comporte, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, será deferida

- (A) ao contribuinte de fato, sem exceção, desde que comprove o desembolso do tributo devido.
- (B) ao contribuinte de direito, sem exceção.
- (C) ao responsável pela obrigação tributária, indiscriminadamente.
- (D) a quem prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar autorizado a recebê-la.

90. Empresa sujeita a imunidade tributária está desobrigada de adimplir ou cumprir

- (A) as obrigações acessórias, nos termos do inciso III, art. 14, do CTN.
- (B) as obrigações principais, nos termos da Constituição Federal.
- (C) tanto as obrigações principais quanto as acessórias, nos termos da Constituição Federal.
- (D) a imunidade não desobriga o contribuinte nem das obrigações principais e nem das obrigações acessórias.

ÉTICA PROFISSIONAL E ESTATUTO

91. As decisões proferidas pelos Presidentes dos Conselhos Seccionais serão passíveis de recurso ao

- (A) Conselho Federal.
- (B) Conselho Seccional.
- (C) Colégio de Presidentes.
- (D) Tribunal de Ética e Disciplina.

92. Os casos omissos no Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, Lei n.º 8.906/94, serão resolvidos

- (A) pelo Conselho Federal.
- (B) pela Conferência Nacional da OAB.
- (C) pelo Poder Executivo.
- (D) pelo Congresso Nacional.

93. Estagiário de Direito, admitido por Sociedade de Advogados, que pratica atos dolosos de ocultação de informações, troca de documentos, ocultação de andamento processual e outras situações de abuso na atividade está sujeito

- (A) apenas ao Código de Ética e Disciplina dos Advogados.
- (B) ao Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, ao Código de Ética e Disciplina e demais regramentos da profissão de advogado, sem prejuízo de responder por eventuais danos civis e criminais pelo atos praticados.
- (C) apenas às regras do Código Civil, pelos danos causados.
- (D) aos regramentos contidos na legislação trabalhista.

94. Para defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social e pugnar pela boa aplicação da leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das Instituições Jurídicas e para promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil, são considerados como órgãos da Ordem dos Advogados do Brasil:

- (A) a Conferência Nacional dos Advogados do Brasil, os Conselhos Seccionais e as Comissões de Prerrogativas do Exercício Profissional.
- (B) o Conselho Federal, as Caixas de Assistência dos Advogados, as Subseções e o Colégio de Presidentes de Seccionais.
- (C) o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções, o Colégio de Presidentes de Seccionais e as Instituições Jurídicas de direito público.
- (D) o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e as Caixas de Assistência de Advogados.

95. Túlio e Telêmaco estabeleceram parceria para o patrocínio de causa em favor de Cervantes, tendo sido contratados, por escrito e com valor fixo, os honorários advocatícios. O patrocinado se recusa a honrar a avença estabelecida, alegando que deseja revogar os poderes concedidos a Túlio, permanecendo o patrocínio do outro profissional. Telêmaco, em decorrência do grau de amizade com o devedor, deseja continuar a relação cliente/advogado e não cobrar o seu quinhão, pelo menos por agora. À luz dos regramentos ético-disciplinares em vigor

- (A) a cobrança de honorários contratados em sociedade depende da vontade de ambos os credores.
- (B) para a cobrança de honorários haverá necessidade de arbitramento judicial e divisão de valores, para a apuração da atividade desenvolvida pelos procuradores.
- (C) compete a cada advogado cobrar a sua parte de honorários autonomamente.
- (D) só poderá ocorrer a cobrança de honorários após o término da demanda.

96. Para a aplicação da sanção disciplinar de exclusão ao advogado faltoso, é necessária a

manifestação favorável de

- (A) dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.
- (B) da maioria dos membros do Conselho Seccional competente.
- (C) dois terços dos membros do Tribunal de Ética e Disciplina competente.
- (D) da maioria dos membros do Tribunal de Ética e Disciplina competente.

97. A incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia. Por disposição estatutária, são impedidos de exercer a advocacia

- (A) os militares de qualquer natureza, na ativa.
- (B) os ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.
- (C) os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.
- (D) os ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições parafiscais.

98. A participação do advogado em bens particulares de cliente, comprovadamente sem condições pecuniárias

- (A) é de livre estipulação entre cliente/advogado, desde que contratada por escrito.
- (B) enseja manifestação e autorização do Tribunal de Ética Profissional.
- (C) encontra-se dentro dos parâmetros do contrato *quota litis*.
- (D) é tolerada em caráter excepcional e desde que contratada por escrito.

99. O advogado que vier a ser declarado por sentença judicial insolvente e, conseqüentemente, impedido de administrar os seus bens e dele dispor

- (A) estará parcialmente impedido de exercer as atividades da advocacia.
- (B) estará totalmente impedido de exercer as atividades da advocacia.
- (C) poderá exercer normalmente as atividades da advocacia.
- (D) fica incompatibilizado para o exercício da advocacia.

100. Aponte a alternativa incorreta quanto à prova dos requisitos para obtenção de nova inscrição nos quadros de advogados de Seccional competente.

- (A) Idoneidade moral.
- (B) Não exercer atividade incompatível com a advocacia.
- (C) Prestar compromisso perante o Conselho.
- (D) Aprovação no Exame de Ordem.

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO DE SÃO PAULO
2003 - ANO DA SOLIDARIEDADE**

121º EXAME DE ORDEM COMUNICADO A Comissão Permanente de Estágio e Exame de Ordem, considerando o equívoco do gabarito oficial, que apontou como certa a letra "a" na questão: de nº 61, da versão 1; de nº 01, da versão 2; de nº 21, da versão 3; e, de nº 81, da versão 4. quando, na verdade, a resposta correta está na letra "c", determina seja feita a devida retificação, assim devendo ser observado na leitura ótica. São Paulo, 21 de agosto de 2003
SONIA CORRÊA DA SILVA DE ALMEIDA PRADO Presidente da Comissão Permanente de Estágio e Exame de Ordem

A01 - Versão 1
Gabarito de Conhecimentos Específicos

1 - A	2 - D	3 - B	4 - D	5 - C	6 - D	7 - C	8 - B	9 - B	10 - C
11 - A	12 - B	13 - D	14 - C	15 - B	16 - A	17 - D	18 - B	19 - C	20 - A
21 - D	22 - B	23 - B	24 - C	25 - A	26 - D	27 - B	28 - A	29 - C	30 - B
31 - C	32 - C	33 - B	34 - D	35 - C	36 - C	37 - A	38 - D	39 - D	40 - D
41 - C	42 - D	43 - C	44 - C	45 - A	46 - B	47 - B	48 - D	49 - A	50 - A
51 - B	52 - D	53 - A	54 - C	55 - C	56 - A	57 - D	58 - B	59 - B	60 - C
61 - A	62 - B	63 - A	64 - B	65 - C	66 - A	67 - B	68 - D	69 - D	70 - C
71 - A	72 - D	73 - D	74 - D	75 - B	76 - C	77 - A	78 - D	79 - C	80 - B
81 - D	82 - D	83 - C	84 - B	85 - C	86 - A	87 - A	88 - C	89 - D	90 - B
91 - B	92 - A	93 - B	94 - D	95 - C	96 - A	97 - C	98 - D	99 - C	100 - D